

## O TRABALHO COM A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: REFLEXÃO E USO

*Work with change language in the classroom : reflection and use*

*Joseli Rezende Thomaz\**

**RESUMO:** A compreensão do conceito de norma, bem como a distinção entre norma padrão, norma gramatical e norma culta podem nos ajudar a desfazer alguns equívocos cometidos há muito no ensino de Língua Portuguesa sobre o “certo” e “errado” em língua e viabilizar o trabalho com a pedagogia da variação linguística na escola. O presente trabalho faz, então, um breve histórico da construção do conceito de gramática, mostrando como e por que se construiu, ao longo da cultura ocidental, a ideologia do padrão ligado ao “melhor” em linguagem. Em seguida, discorro sobre a pesquisa empreendida e os procedimentos metodológicos utilizados. Apresento, por fim, as contribuições para o ensino de língua materna possíveis de se alcançar a partir de um trabalho de reflexão sociolinguística. A partir da concepção dialógica da linguagem (BAKTIN, 2006) e do modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas de grande impacto na Linguística contemporânea (LABOV, 1974), desenvolvi uma pesquisa-ação com alunos do 7º ano de uma escola da rede particular de ensino da cidade brasileira de Juiz de Fora (MG), usuários de uma das variedades urbanas prestigiadas da língua portuguesa. A análise contrastiva de estruturas dos diferentes dialetos presentes no contínuo rural-urbano, bem como nos contínuos de monitoração estilística e de oralidade letramento (BORTONIRICARDO, 2004) permitiu fazê-los entender esse complexo fenômeno, natural em todas as línguas. Na verdade, o que é necessário é que a escola desenvolva uma pedagogia da variação linguística sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos, mas isso requer compreensão e mudança radical na postura de professores, alunos e da sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Norma, norma padrão e norma culta; Sociolinguística educacional.

**ABSTRACT:** *Understand the concept of standard, as well as the distinction between standard rule, grammar rule and educational standard can help us undo some misconceptions committed long in teaching Portuguese about “right ” and “wrong ” in language and facilitate the work with the pedagogy of language variation in school. The present study is, then, a brief history of the construction of the concept of grammar, showing how and why it was built along the western culture, the default ideology linked to the “best” in language. Then discuss on the research undertaken and the methodological procedures used. Present finally contributions to mother tongue teaching possible to achieve from a sociolinguistic reflection work. From the dialogical conception of language (BAKTIN, 2006) and the model of the description and*

---

\* Universidade Federal de Juiz de Fora – joselithomaz@yahoo.com.br

*interpretation of the linguistic phenomenon in the social context of urban communities of great impact in contemporary linguistics (LABOV, 1974) model, I developed an action research with students from 7<sup>th</sup> grade of a private school in the Brazilian city of Juiz de Fora (MG), users of the prestigious urban varieties of Portuguese. A contrastive analysis of structures of different dialects present in the rural-urban continuous as well as the continuous of the stylistic monitoring literacy orality (BORTONI-RICARDO, 2004) has made it possible to understand this complex phenomenon, natural in all languages. Imposing a standard norm fossilized through memorization of grammar rules, is a way to undo the culture of the students, in addition to devalue his speech, treating him/her as incapable. In fact, what is necessary is that the school develop a pedagogy of linguistic variation sensible to sociolinguistic and cultural differences of students, but it requires understanding and radical change in the attitude of teachers, students and society in general.*

**Keywords:** *standard, standard norm and cultural norms; educational sociolinguistics.*

## **Introdução**

Uma das muitas dificuldades que se enfrenta hoje no ensino de língua materna na escola está relacionada à equivocada imposição de um padrão linguístico idealizado o qual os alunos devem alcançar na modalidade oral e escrita até o final de seu período de escolarização. Para tanto, professores empenham-se na árdua tarefa de ensinar a norma padrão a partir da memorização, classificação, categorização de elementos da gramática tradicional e de textos pouco significativos para os educandos. No entanto, a experiência parece mostrar que, para que se tenha um estudo proveitoso de gramática, são necessários habilidade de leitura fluente e um certo conhecimento da língua culta. Como bem destaca Perini (2010, p.18) “[...] estudar gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura e escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático do português padrão escrito.”

Além disso, não se propõe na escola, na maioria das vezes, uma discussão acerca das diferentes variedades linguísticas a fim de que os alunos percebam a legitimidade da língua que utilizam em suas práticas sociais. Dessa maneira, ao contrário do que se esperava, a escola reforça o abismo que há entre a norma padrão e as variedades utilizadas pelos alunos, seja ela a mais ou a menos prestigiada, enquanto deveria refletir sobre a distinção entre os padrões ideais e os padrões reais. Os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, no caso de elas se conformarem inteiramente com as normas estabelecidas por uma cultura, ao

passo que os padrões reais derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em dadas situações (RODRIGUES, 2002, p.13).

Como professora de Língua Portuguesa (doravante, nesse texto, LP), tenho buscado uma prática reflexiva e avaliadora de minhas ações em sala de aula. Por isso propus-me desenvolver uma pesquisa-ação em minha própria sala de aula, para verificar a viabilidade de se realizar uma reflexão com os alunos acerca das diferentes formas de uso da língua nas várias situações de interação, não restringindo o ensino de LP ao “certo” e ao “errado”, à mera repetição e memorização de nomenclaturas sem nenhum objetivo claro e relevante.

Para essa pesquisa-ação, foquei o trabalho numa sala de aula do 7º ano de uma escola particular de Juiz de Fora. A partir da avaliação de uma produção de texto, foi possível constatar que, embora falantes de uma variedade prestigiada, esses alunos não dominavam muitas estruturas da língua culta, por isso precisavam desenvolver habilidades de leitura e escrita nessa variedade linguística, ao longo de sua trajetória escolar.

Neste trabalho, primeiramente, proponho apresentar um breve histórico da construção do conceito de gramática, mostrando como e por que se construiu, ao longo da cultura ocidental, a ideologia do padrão ligado ao "melhor" em linguagem. Em seguida, discorro sobre a pesquisa empreendida e os procedimentos metodológicos utilizados em meu trabalho, em consonância com os quais procurei me pautar. Na última parte, apresento as contribuições para o ensino de língua materna possíveis de se alcançar a partir de um trabalho sistematizado de reflexão sociolinguística.

## **1 Norma, norma culta e norma padrão**

Ao adotarmos um olhar variacionista, é produtivo relacionar norma e variedade e salientar que toda e qualquer norma é dotada de organização (FARACO, 2008). Além disso, compreender o conceito de norma, bem como a distinção entre norma padrão e norma culta pode nos ajudar a desfazer alguns equívocos cometidos há muito no ensino de língua portuguesa, quando se trata da questão certo e errado.

Ao partirmos da concepção sociolinguística de que a língua é heterogênea, múltipla e variável, um trabalho coletivo empreendido por todos os seus falantes nos diversos processos de interação, entendemos que o fenômeno da variação é um processo intrínseco à língua. De acordo com Faraco (2008), foi o linguista Eugênio Coseriu no início da década de 1950 que conceituou norma como um conjunto de fenômenos linguísticos que são comuns, corriqueiros numa dada comunidade, sendo possível concluir que não há uma única norma. Com essa visão, Coseriu rejeita o caráter extremamente rígido da distinção que Saussure faz entre individual e social, pois o ato linguístico é ao mesmo tempo social e individual, de modo que o elemento social será comprovado no próprio falar individual, recusando-se toda oposição fictícia entre um indivíduo social e uma sociedade extraindividual (COSERIU, 1979 [1952], p.36 *apud* LUCCHESI, 2002).

Como destaca Faraco (*op cit.*, p. 36), toda norma tem uma organização estrutural. Os falantes do chamado português popular também organizam seu discurso valendo-se de uma norma. Lucchesi (2002) destaca que a realidade linguística brasileira não é apenas heterogênea, mas é também polarizada, definindo-se dentro desse diassistema heterogêneo do português dois outros sistemas também heterogêneos e variáveis que são a norma culta e a norma vernácula ou popular. O autor aponta que essa heterogeneidade e essa polarização do comportamento linguístico que caracterizam a realidade linguística brasileira possuem uma íntima relação com o contexto sócio-histórico no qual a língua portuguesa falada no Brasil se formou e também diz respeito às motivações ideológicas que subjazem à manutenção de um padrão linguístico ideal que busca se superpor à diversidade do real.

Isso nos permite questionar o conceito de erro em língua, pois, se numa dada comunidade, certa estrutura é válida, como podemos considerá-la errada com base em outra norma? Toda comunidade linguística tem várias normas que se influenciam de acordo com as relações entre os falantes daquela comunidade. Assim Faraco pontua (2008, p. 42):

Não existe, em suma, uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez

e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desdobramentos, entrecruzamentos.

Em sua obra acima referida, Faraco discute também a criação do conceito de norma padrão. No final da Idade Média, a unificação e a centralização política causaram a necessidade de se definir uma referência também em língua que estivesse acima da grande diversidade regional e social. Para atender a essa nova realidade, surgiu, então, um projeto padronizador que consistiu na criação de instrumentos como gramáticas e dicionários a fim de se estabelecer um padrão de língua capaz de minimizar a diversidade linguística regional e social. Tal instrumento ficou conhecido como *norma padrão*. Faraco adverte que, no caso europeu, embora a variedade da língua tomada como referência para a construção da norma padrão tenha diferido de Estado para Estado, ela sempre esteve próxima da variedade praticada pela aristocracia, pelos homens letrados da época.

Em consequência desse projeto padronizador, as gramáticas e dicionários foram tomados como reguladores do comportamento de todos os falantes e não apenas como instrumentos descritivos; assim esperava-se que os usuários da língua a utilizassem em situações formais de acordo com o proposto por esses manuais visando assim alcançar uma uniformidade linguística para o Estado centralizado.

Esse modelo não leva em consideração as características essenciais da língua, como o fato de que ela sofre variação, é multifacetada, heterogênea e está em constante processo de mudança. Não há nenhuma sociedade em que as pessoas falem da mesma forma porque a variedade linguística é o reflexo da variedade social presente entre os indivíduos.

Com base no exposto acima, fica evidente que a norma padrão é uma língua artificial, que existe apenas no nível da ideologia. A forte crítica aos defensores do purismo linguístico contribuiu para uma relativa flexibilização por parte de nossos bons gramáticos, os quais introduziram, em seus manuais, vários fenômenos da norma culta/comum/*standard* (PRETI, 1997; FARACO, 2008). Esse conjunto de fenômenos apresentados como cultos/comuns/ *standard* pelos gramáticos recebe o nome de *norma gramatical*. (FARACO, *op.cit.*)

Dessa maneira, a norma padrão deve servir, na escola, de parâmetro apenas para a reflexão sobre o que postulam as gramáticas, embora seja, muitas vezes, cobrada em concursos públicos, a fim de se reafirmar o caráter dominador e excludente desse padrão. A escola continua a ensinar, no início do século XXI, uma língua que não existe mais e a maioria dos manuais tradicionais seguem condenando boa parte dos usos correntes, sem conseguir dar conta dos fatos da língua real. Ao contrário disso, a escola deveria propiciar uma reflexão linguística de forma contextualizada e funcional, destacando a flexibilidade estrutural da língua e a conseqüente riqueza expressiva à disposição dos falantes, pois nenhuma língua é um conjunto rígido de expressões. (FARACO, *op.cit.*) Diante dessas contradições, em consonância com a proposta de construção de uma pedagogia da variação linguística indicada por Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco (*op.cit.*), proponho um trabalho escolar que abandone o cultivo da norma-padrão, localizando os fatos da norma culta no conjunto amplo da variação social do português e no contexto das práticas sociais.

Durante muito tempo, acreditou-se que os chamados falantes cultos da língua em situações de monitoramento seguiam com rigor as regras da gramática tradicional, a chamada norma-padrão. No entanto, a partir da análise dos diálogos e das entrevistas, realizadas pelo Projeto NURC<sup>1</sup>, com falantes cultos – aqueles que tinham formação universitária –, percebeu-se que esses falantes não atendiam a tal expectativa. Em condições de monitoramento, a maioria dos falantes apresentou um discurso próximo ao do falante urbano *comum*. De acordo com Dino Preti, podemos caracterizar o discurso urbano comum como

[...] o de um falante de um dialeto social dividido entre as influências de uma linguagem mais tensa, marcada pela preocupação com as regras da gramática tradicional, e uma linguagem popular, espontânea, distensa. Portanto essa hipotética linguagem urbana comum comportaria oposições como a presença de uma sintaxe dentro das regras tradicionais da gramática ao lado de uma discordância, regências verbais de tendência uniformizadora, colocações dos componentes da frase justificadas pelos elementos prosódicos, como no caso dos pronomes pessoais. (PRETI, 1997, p. 17)

---

<sup>1</sup> Projeto de investigação científica da norma linguística urbana culta realizado em cinco capitais brasileiras, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, foi iniciado em 1970. Está até hoje em andamento.

Diante do exposto acima, fica evidente que a norma culta falada pouco se diferencia da linguagem urbana comum. Tal resultado é influência principalmente da linguagem utilizada pela mídia que representa uma associação do oral com o escrito, valendo-se das estruturas da fala espontânea, associadas aos princípios da gramática normativa, o que se tornou norma na linguagem urbana comum (Preti, op. cit.). Se nem mesmo os falantes cultos em situações de extremo monitoramento utilizam a norma padrão em seu discurso falado, por que, então, continuar fomentando, em nossas aulas de LP, a ideia de homogeneidade linguística como se não existissem outras variedades? É preciso parar de impor formas “certas” e proibir formas “erradas” e de dar espaço à reflexão sobre aquilo que realmente ocorre na língua. Passemos a observar a língua conforme ela é, não como algumas pessoas acham que ela deveria ser. (PERINI, 2010)

Deve ser assunto de discussão em sala de aula o fato de que as variedades utilizadas pelos falantes cultos e, portanto mais prestigiadas, recebem maior valorização não por suas características linguísticas, mas por razões sociais e históricas. Faraco (2008, p.72) destaca referindo-se à variedade padrão: “Seu prestígio não decorre de suas propriedades gramaticais, mas de processos sócio-históricos que agregam valor a ela.” Embora todas as variedades sejam igualmente organizadas, elas possuem diferentes níveis de valorização na sociedade.

A avaliação de uma determinada variedade está diretamente relacionada à avaliação do falante; logo, a classe social a que pertence, o seu grau de escolaridade, e o seu papel na sociedade determinarão a avaliação linguística positiva ou negativa que esse indivíduo receberá. Gnerre (2009, p. 6-7) adverte: “[...] Uma variedade linguística ‘vale’ o que valem na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.”

Reforcemos, portanto: é importante destacar que o falante culto não utiliza, como se esperava, em situações de monitoramento, a norma padrão. Também faz-se indispensável estabelecer a distinção entre a norma culta e a norma padrão a fim de se desmistificar a crença muito difundida de que a norma padrão é superior às demais. Faraco (2008, p. 73) apresenta a seguinte distinção entre norma culta e norma padrão:

Enquanto a norma culta/comum/standard é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma padrão é uma

codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uma uniformização linguística.

A norma culta deve ser compreendida como a norma utilizada pelos falantes mais envolvidos com a cultura escrita em situações que requerem certo grau de formalidade. Nesse sentido, podemos verificar que, embora a norma padrão não possa ser confundida com a norma culta, esta está mais próxima daquela do que das demais normas: norma urbana, norma gramatical, norma rural. Isso se deve ao fato de que aqueles que assumem o papel de preservar a norma padrão fazem parte do grupo social falante da variedade culta da língua. Faraco (*op. cit.*, p. 92) esclarece ainda sobre a necessidade do abandono da norma “curta”, expressão que se refere a “[...] um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e tem impedido um estudo adequado da norma culta/comum/standard.” Diferente da atitude ajustada e flexível de muitos autores contemporâneos de bons instrumentos normativos, frequentemente ainda nos deparamos com os defensores da norma “curta”, do certo e do errado, os quais vivem no reino da intransigência e das condenações gramaticais. “Língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade.” (GNERRE, 2009, p. 15).

É interessante destacar ainda que, na norma culta, percebe-se uma tendência de afrouxamento do padrão de realização da concordância nominal e verbal, desenhando uma curva descendente, os mais velhos marcando menos a concordância do que os mais jovens. O contrário tem ocorrido na norma popular: um padrão ascendente de aplicação das regras de concordância tem se delineado, os mais jovens realizando mais a concordância do que os mais velhos (LUCCHESI, 2002). Esse comportamento linguístico se justifica, segundo Lucchesi (*op.cit.*), já que os indivíduos pertencentes às classes populares que almejam fazer parte da classe de maior prestígio buscam copiar os padrões linguísticos do grupo hegemônico, apresentando assim maior aplicação das regras de concordância.

O uso frequente das expressões norma padrão e norma culta como sinônimos mostra o modo ideológico de operar das atitudes prescritivas. Essa problemática, segundo o linguista, remete-nos de imediato à complicada relação entre atitude



normativa e comportamento normal, ou seja, entre os sistemas de valores que conduzem os julgamentos dos atos linguísticos dentro de uma comunidade de fala, e os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro dessa mesma comunidade.

## 2 A Sociolinguística na sala de aula

A escola deve reconhecer a legitimidade dos diferentes usos linguísticos e proporcionar aos seus educandos espaços de reflexão linguística. Para se trabalhar com a variação do português brasileiro na escola, utilizei a teoria dos três *contínuos* proposta por Bortoni- Ricardo (2004), o de urbanização, o de oralidade e letramento e o de monitoração estilística. O contínuo de urbanização pode ser representado assim:

Variedades isoladas	area rurbana	variedades urbanas padronizadas	rurais
---------------------	--------------	---------------------------------	--------

**Fonte:** BORTONI-RICARDO, 2004, p. 52

Segundo esta autora (*op. cit.*, p. 52), na ponta do contínuo, à esquerda, estão situados os falantes do dialeto rural mais isolado, na maioria das vezes estigmatizado pela sociedade. Nesse grupo, encontramos itens como “inté”, “prantei”, “artura”, “ponhei”, “sor” “muié”, “dispois”, que não ocorrem na fala dos indivíduos das áreas urbanas, por isso são denominados de traços descontínuos (BORTONI-RICARDO, *op.cit.*, p.53), os quais recebem uma avaliação negativa pelas comunidades urbanas.

Na outra ponta, encontram-se os falantes urbanos. Ao longo do processo sócio-histórico, as comunidades urbanas sofrem influência de agências padronizadoras da língua, como a imprensa, as obras literárias e a escola. Além disso, as instituições sociais presentes nas cidades utilizam estilos mais monitorados da língua tanto na escrita, quanto na oralidade. Logo, esses falantes urbanos recebem a influência da norma culta, não apresentando, em sua fala, traços descontínuos, mas sim itens que pertencem à fala de todos os falantes, independente de seus antecedentes rurais ou urbanos e por isso são distribuídos de forma gradual, denominados de traços graduais. Esses traços graduais, conforme esclarece Bortoni Ricardo (*op. cit.*, p.53), trazem marcas de variação em relação à norma gramatical, como notamos a substituição do verbo “ter” por “haver”, o uso de pronomes-sujeito em posição de objeto, a

monotongação de /ej/, o pagamento do /r/ em final de verbos no infinitivo. Devido à força do vernáculo, alguns desses traços característicos da fala de todos os falantes vão sendo incorporados aos gêneros textuais mais formais, inclusive no texto jornalístico.

Como se nota nesse contínuo, entre os dois polos, há os falantes rurbanos. Trata-se de indivíduos

[...] migrantes de origem rural, que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semirrurais, que estão submetidos à influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia agropecuária. (BORTONI-RICARDO, *op.cit.*, p.52)

Sendo assim, podemos situar qualquer falante dentro do contínuo de urbanização. Faz-se necessário destacar, no entanto, que não existem fronteiras rígidas que separem os falantes rurais, rurbanos e urbanos.

O contínuo de oralidade- letramento possui a seguinte representação:

-----  
 eventos de oralidade eventos de letramento

**Fonte:** BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62

Observamos que os eventos de letramento estão localizados na ponta do contínuo, à direita, e se referem aos eventos apoiados em textos escritos. Já os eventos de oralidade estão localizados à esquerda.

O contínuo de monitoração estilística possui a seguinte representação:

-----  
 - monitoração + monitoração

**Fonte:** BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62

Este terceiro contínuo compreende desde as interações espontâneas, sem planejamento, até aquelas que são rigorosamente planejadas. “[...] os falantes alternam estilos monitorados, que exigem muita atenção e planejamento, e estilos não monitorados, realizados com o mínimo de atenção ao padrão formal da língua.” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 62)

Essa proposta teórica, bem como o conceito de norma e a distinção entre norma culta e norma padrão apresentados nesta seção norteou minha pesquisa-ação realizada em uma escola particular de Juiz de Fora.

### 3 O trabalho a partir da variedade utilizada pelos alunos

Busquei realizar uma pesquisa-ação voltada para a construção de uma pedagogia da variação linguística, a fim de que os alunos desenvolvessem sua competência comunicativa nas situações mais monitoradas do uso da fala e da escrita. Os sujeitos da pesquisa eram alunos do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola particular do município de Juiz de Fora. Os trabalhos foram realizados de maio a dezembro do ano letivo 2012. As interferências foram realizadas por mim, pesquisadora, em minha sala de aula, uma vez por semana, no horário da disciplina Língua Portuguesa. Nesse trabalho fui acompanhada por uma colaboradora, que realizava as anotações durante as interações.

### 4 As reflexões sociolinguísticas na sala de aula

A vinheta abaixo ilustra a possibilidade real de levar os alunos a realizarem reflexão linguística de padrão significativo. Em uma atividade proposta pela professora, nota-se uma discussão bastante rica que se travou após a leitura de um trecho do diálogo entre a sinhazinha Micaela e a ex-escrava Ana, da obra *Cunhataí*, de Maria Filomena Bouissou Lepecki (2003). Vejamos a vinheta abaixo.

**Professora:** Vocês sabem quem é a Sinhazinha? É como é chamada a filha do coronel, do dono da fazenda que possuía antigamente muitos escravos para trabalharem nas suas imensas roças de café.

Façamos a leitura do texto.

**Professora:** Onde é a fala da Ana? Marque no texto, 1 para a fala da Micaela, 2 para a fala da Ana e 3 para a fala do narrador.

**Aluno A:** Na terceira linha é a fala da Ana.

**Professora:** Por que você acha que essa fala é da Ana?

**Aluno B:** Porque a sinhazinha não ia falar “apreparada”, porque a sinhazinha tinha mais estudo, ela fala diferente.

**Professora:** Isso mesmo! Embora não houvesse escolas como hoje, normalmente os pais contratavam professores para darem aulas para seus filhos em casa, mas só recebia este tipo de educação, os filhos das famílias mais abastadas, com um bom poder aquisitivo.

*Com a ajuda do colega Otávio, os demais alunos identificaram corretamente a fala das personagens, bem como a do narrador.*

**Professora:** Como a sinhazinha pronunciaria “Os militá num tão não?”

**Alunos:** Os militares não estão não.

**Professora:** Vejam aí, como a escrava fala claro! A escrava fala *craru*, assim como muita gente fala *framengo*, *chicrete*, *pobrema*.

**Aluno C:** Minha vó fala *croro*.

**Professora:** Essa troca do “l” pelo “r” no encontro consonantal é muito comum. Temos o hábito de falar que essas pessoas são menos capazes, e isso é um tremendo preconceito. Essas trocas já acontecem desde a formação do português. Vejam esta lista aqui (na lousa):

<b>Professora:</b>	<b>Latim</b>	<b>Português</b>
	clavu	cravo
	sclavu	escravo
	plaga	praga

**Professora:** No latim era falado assim (*aponta a coluna da esquerda*), e o português veio do latim. Se considerarmos quem fala “chicrete” e “framengo” como ignorantes, teremos que considerar que todas as pessoas da província Lusitânia também eram ignorantes, pois isso também ocorreu na formação da língua portuguesa (na passagem do latim para o português). Então precisamos entender que se trata de um fenômeno fonético que contribuiu para a formação da nossa língua.

**Aluno D:** Fala igual o Cebolinha.

**Professora:** Esse fenômeno aconteceu na passagem do latim para o português, e é chamado de *rotacismo*.

**Aluno E:** Quem fala *craru* são pessoas pobres que não estudaram.

**Professora:** Você tem razão Esther! Essas pessoas não têm acesso à cultura letrada como vocês têm, por isso precisamos tratar do assunto não como se fosse uma incapacidade do indivíduo, mas uma questão de falta de oportunidade. Sendo assim, é uma forma diferente da que usamos na escola e não pior.

**Professora:** Se uma pessoa rica e estudada falasse assim (*craru*, *chicrete*) a gente não ia achar nada demais, temos preconceito com a classe social/econômica e não com a estrutura linguística, né!

**Professora:** Qual é a intenção da autora ao registrar exatamente a fala de Ana e a de Micaela?

**Aluno F:** De mostrar que quem estudou fala assim e quem não estudou fala de outro jeito.

**Professora:** Mesmo falando diferente, elas se entendem; é língua portuguesa do mesmo jeito.

Nota-se a capacidade de análise dos alunos sobre os padrões fonéticos que caracterizam a variedade urbana. A comparação entre as formas utilizadas pelos indivíduos escolarizados e as usadas pelos não escolarizados comprova a imposição da língua do Estado sobre o estado da língua. Barbaud (2001) emprega o termo *língua do Estado* para designar uma fórmula descritiva dotada do poder de generalizar a maioria dos usos que são governados pela norma linguística: “Trata-se de um contexto heurístico que me parece apto à conferir a noção de norma um caráter empírico que seja facilmente acessível e verificável” (BARBAUD, *op.cit.*, p. 256). Dessa maneira, o Estado age como pessoa jurídica que faz uso da língua legítima, enquanto o falante nativo faz uso do falar comum.

Outro fragmento apresentado pela professora suscitou uma discussão bastante proveitosa.

**“Meu pai mudou toda a casa para mim não ter que lembrar.”**

**Alunos:** Para eu.

**Aluno A:** A professora ( XXX ) falou que é índio que fala *mim*.

**Professora:** A gente já conversou que isso é um grande preconceito, o índio teve contato com o português mais popular, para de pôr a culpa no índio.

**Professora:** Existiam duas construções: “pega para mim” e “pega para eu levar”. As pessoas misturaram o “mim” e ele tomou o lugar do “eu”. Nós, falantes, construímos uma terceira possibilidade “pega para mim levar”, nós é que modificamos a língua.

**Professora:** Então, quando eu tiver depois do pronome verbo no infinitivo, os verbos terminados em “r”( comer, levar), eu uso o pronome sujeito ( eu).

**Fragmento reescrito:** “Meu pai mudou toda a casa para eu não ter que lembrar.”.

Nota-se, nesse fragmento, um empenho da professora em fazer os alunos reconhecerem, na realidade sociolinguística brasileira, as variedades prestigiadas e as estigmatizadas, sobre as quais se impõe um modelo idealizado. Com relação ao emprego do pronome oblíquo “mim” mais infinitivo, Bagno (2011) afirma que esse fenômeno está perto de se tornar um traço gradual e em breve poderá não provocar mais rejeição dos falantes urbanos mais letrados. No entanto, o autor destaca “[...] a forma normatizada para **eu + infinitivo**, deve, sim, ser explicitamente ensinada como algo que os alunos e as alunas ainda não sabem – e ensinar o que uma pessoa não sabe é função da escola.” (BAGNO, 2011, p.733). Dessa forma, não se trata de impor aos alunos a substituição de uma forma pela outra, mas, simplesmente, de levá-los a conhecer a sintaxe prescrita pela gramática normativa.

Uma atividade de produção textual proposta aos alunos suscitou apreciações bastante proveitosas. Vejamos a vinheta abaixo:

*Depois de lerem dois textos, a professora pediu para que os alunos escrevessem uma carta para seus compositores favoritos, seguindo as orientações de uma página do livro didático usado.*

**Professora:** Vamos pensar que a carta vai ser publicada em uma revista especializada em música. Então qual linguagem deve ser usada?

**Alunos:** A mais monitorada, formal.

**Professora:** Temos que organizar toda a carta conforme a estrutura que vocês já conhecem: local, data, vocativo e despedida. Vocês já sabem disso.

**Aluno A:** É muito monitorada?

**Professora:** Se vamos escrever para um artista que não conhecemos, vamos usar uma linguagem bem monitorada.

**Aluno B:** Tô escrevendo uma carta tão sofisticada que tô parecendo uma velha, “Quero lhes dizer...” *O aluno acentua a leitura de “lhes”.*

**Aluno C:** Os cantores que eu vou escrever são da favela, então não precisa ter uma linguagem muito formal.

**Professora:** Mas temos que pensar nos leitores da revista também. Essa carta vai ser publicada em uma revista de música muito conceituada. Talvez você tenha razão em pensar nos cantores para os quais você enviará a carta, né Juliana!

O estranhamento do aluno em relação ao uso do clítico “lhe” está em consonância com as proposições de Bagno (*op. cit.*) de que a forma plural “lhes” é absolutamente desconhecida no vernáculo geral brasileiro: “[...] nunca é usada, nem mesmo nas variedades regionais em que é frequente o uso de lhe no singular. Por fim, ‘lhe’, na língua falada, só se refere ao alocutor.” (BAGNO, 2011, p. 755). Contudo, o autor destaca que é função da educação linguística na escola apresentar aos alunos as outras possibilidades de colocação dos clíticos; com isso, eles estarão ampliando seu repertório linguístico e tomando ciência de recursos que poderão lhes ser útil.

Percebemos, então, que, através da análise contrastiva, os alunos puderam identificar, com clareza, traços tanto fonéticos como morfossintáticos da variedade rural e da urbana.

Essas discussões são essenciais para que a escola cumpra o seu papel de desenvolver a capacidade linguístico-discursiva, garantindo a inserção do aluno em uma cultura letrada, por meio de práticas de leitura e escrita, sobretudo de gêneros mais monitorados.

### **Considerações finais**

Neste artigo busquei apresentar a importância do conceito de norma, bem como a distinção entre norma padrão e norma culta para o desenvolvimento de um trabalho adequado e eficiente com as variedades linguísticas na escola. Para tanto, propus desenvolver em uma turma do 7º ano do ensino fundamental, reflexões linguísticas que não só levassem os alunos a perceberem a heterogeneidade constitutiva da língua, como também os tornassem capazes de ampliar sua habilidade no uso da fala e da escrita mais monitoradas.

Através das reflexões desenvolvidas em sala de aula, foi possível fazer com que os alunos refletissem sobre a ideia de que não há erro linguístico, diante de inúmeras

construções utilizadas nos textos que eles mesmos escreveram, já validadas pela maioria dos falantes, porém ainda negadas pela norma gramatical. Essas discussões levam os alunos, conforme pretendemos, a compreenderem que as diferentes formas de falar possuem valores relativos ao prestígio social que possui a comunidade de seus falantes.

Como posto no início deste trabalho, não é estudando gramática que nossos alunos vão aprender a usar melhor a língua falada ou escrita, por isso, faz-se necessário redimensionar o estudo dos aspectos gramaticais. Ao invés de fazer os alunos memorizarem regras para serem avaliados, é imprescindível tentar, primeiramente, romper com a ideia equivocada de que as pessoas falam de forma desorganizada e caótica, pois é perfeitamente possível elaborar uma gramática da língua falada e que essa gramática é tão rica e complexa quanto à língua culta. (PERINI, 2010, p. 40)

As aulas de língua portuguesa devem promover o ensino da norma culta, porém sem desvalorizar as demais variedades. Conhecer a diversidade linguística e utilizá-la adequadamente demonstra um grau de eficiência e comprometimento com a língua. Não se pode perder de vista o que lembra Castilho (2002, p. 29):

O mais adequado será sensibilizar o aluno para a variabilidade linguística, correlacionando-a com as situações a que corresponde. Esse comportamento implica “descondicionar o público de uma visão conteudista do ensino de língua portuguesa” mediante a realização de atividades bastante motivadoras, porque voltadas para a observação dos fatos da linguagem. Conduzimos assim o aluno a evitar preconceitos e preparar-se para uma eventual mudança ambiente.

Portanto, a língua portuguesa, como todas as outras línguas humanas, é para ser compreendida como um organismo vivo, heterogêneo, passível de variação e mudança, que sofre a influência de vários fatores linguísticos e sócio-históricos. Ensinar uma língua é ensinar ao aluno a desenvolver sua capacidade comunicativa, entendendo esta como a competência do falante de fazer uso da língua em situações de comunicação real.

## Referências

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.
- BARBAUD, P. O estado da língua. In BAGNO, M. (Org.) *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 255-278.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CASTILHO, A. de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo, Loyola, 2002, p.27-35.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2008.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LABOV, W. *Estágios na aquisição do inglês standard*. In: FONSECA, M.; NEVES, M. (Org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LEPECKI, M. F. B. *Cunhataí: um romance da guerra do Paraguai*. São Paulo: Talento, 2003
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.63-90.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.
- PRETI, D. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997. p. 17-27.
- RODRIGUES, A. D. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-90.